



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ***

***Estado do Espírito Santo***

## ***RELATÓRIO 3º TRIMESTRE*** ***2024***

### ***ACESSO À INFORMAÇÃO***

***Sebastião Luiz Siller***  
*Controlador Geral*

***Luiz Gustavo Cordeiro Fassarella***  
*Assistente de Controladoria*  
*Gestão em Ouvidoria*

***Daniela Holz***  
***Márcia Silva Santos***  
*Coordenadoras de Ouvidorias*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

***Estado do Espírito Santo***

## **BASE LEGAL**

- Lei Federal 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação – LAI.
  - Lei Federal 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD
  - Decreto Municipal Nº 1.194/2017 – Decreto Regulamentar a Lei de Acesso à Informação.
  - Decreto Municipal Nº 1.138/2021 – Decreto Regulamentar a Lei Geral de Proteção de Dados.
- 

A Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI regulamenta o direito fundamental, previsto na Constituição, de qualquer pessoa física ou jurídica solicitar e receber informações públicas produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicos. A LAI também garante o direito de acesso às informações produzidas ou custodiadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recurso público para a realização de ações de interesse público.

A LAI foi publicada no dia 18 de novembro de 2011, mas só entrou em vigor 180 (cento e oitenta) dias depois, ou seja, em 16 de maio de 2012. A data da publicação e da vigência da LAI representa um marco para a cultura da transparência e para o controle social.

A Lei de Acesso à Informação contém dispositivos de aplicação imediata a todos os órgãos e entidades, bem como dispositivos que necessitam de regulamentação específica por cada Poder e Ente da Federação.

No âmbito do Poder Executivo Municipal, a regulamentação específica da Lei de Acesso à Informação ocorreu com a publicação do Decreto Municipal nº 1.194/2017, que estabeleceu os procedimentos para a garantia do acesso à informação.

### **1 - O que é transparência ativa?**

É a divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet. Um exemplo de transparência ativa são as seções “Acesso à Informação” dos sites dos órgãos e entidades.

Os portais de transparência e de dados abertos também são exemplos disso.

A divulgação proativa de informações de interesse público, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes.

### **2 - O que é a transparência passiva?**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

## ***Estado do Espírito Santo***

É a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas apresentadas como pedidos de informação por pessoa física ou jurídica. No âmbito do Poder Executivo Municipal, todas essas solicitações devem ser registradas no sistema Fala.BR (trata-se de uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação).

### **3 - O que são informações?**

De acordo com o art. 4º, inciso I, da Lei 12.527/2011, informações são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, registrados em qualquer suporte ou formato.

### **4 - O acesso à informação é gratuito?**

Conforme dispõe o art. 12 da Lei de acesso à informação, o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito. Entretanto, podem ser cobrados os custos dos serviços e dos materiais utilizados na reprodução e envio de documentos. Neste caso, o órgão ou entidade deverá disponibilizar ao solicitante uma Guia de Recolhimento da União (GRU) ou documento equivalente para que se possa realizar o pagamento.

### **5 - Que tipo de informações os cidadãos podem ter acesso à informação?**

Com a Lei de Acesso à Informação (LAI), a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção. Dessa forma, de modo geral, a pessoas podem ter acesso a qualquer informação produzida ou custodiada pelos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como pelas entidades privadas sem fins lucrativos, em relação à parcela e à destinação dos recursos públicos que recebam para a realização de ações de interesse público. A LAI, entretanto, prevê algumas exceções ao acesso às informações notadamente àquelas cuja divulgação indiscriminada possa trazer riscos à sociedade ou ao Estado.

### **6 - Quais informações podem ter acesso restrito pela LAI?**

Todas as informações sob a guarda do Estado são passíveis de serem solicitadas, mas o acesso a elas pode ser restringido em casos específicos.

A LAI prevê como justificativa para a restrição de acesso à informação as seguintes situações: documento preparatório (art. 7 - § 3º); hipótese de sigilo com base em legislação específica (art. 22); informação classificada nos termos da LAI (art. 23 e 24); e informações pessoais que se referem à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (art. 31).

### **7 - É preciso justificar o pedido de Acesso às informações?**

Não. De acordo com o art. 10, § 3º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é proibido exigir que o solicitante informe os motivos de sua solicitação (trata-se da aplicação do princípio da desmotivação do pedido). Há apenas uma exceção ao princípio da desmotivação do pedido, e é uma exceção que visa abrir informações, e não restringi-las.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

## ***Estado do Espírito Santo***

Trata-se da exceção contida no art. 21 da Lei n. 12.527/2011, que afirma que “não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.” Ou seja, se o requerente comprovar que utilizará a informação para fins de obter a tutela sobre outro direito fundamental, as possibilidades argumentativas de se restringir o direito de acesso se fecham ainda mais. Além disso, o órgão/entidade pode dialogar com o cidadão para entender melhor a demanda, de modo a fornecer a informação mais adequada a sua solicitação.

8 - Quais são os prazos para resposta dos pedidos apresentados com base na Lei de Acesso à Informação?

Se a informação estiver disponível, ela deve ser entregue imediatamente ao solicitante.

Caso não seja possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade tem até 20 (vinte) dias para atender ao pedido. O prazo pode ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias (art. 11 da LAI).

9 - Pedidos realizados após as 19:00h:

Devido ao horário de funcionamento dos protocolos, os pedidos, recursos e reclamações realizados entre 19h e 23h59 serão considerados como se tivessem sido realizados no dia útil seguinte e a contagem só terá início a partir do primeiro dia útil posterior.

Exemplo: um pedido registrado às 20h de 16/05 será registrado como um pedido de 17/05.

Portanto, a contagem do prazo para resposta começará em 18/05, caso este seja um dia útil.

10 - Prazo final coincidindo com final de semana ou feriado:

Quando o prazo final para responder a solicitação coincidir com final de semana, feriado nacional previsto em portaria ou dia de expediente reduzido, ele será postergado para o próximo dia útil.

Por isso, o prazo para envio da resposta pode não ser exatamente o de 20 dias ou, caso haja prorrogação, de 30 dias corridos.

11 - O que é o Fala.BR?

O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), para funcionar como um canal único



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

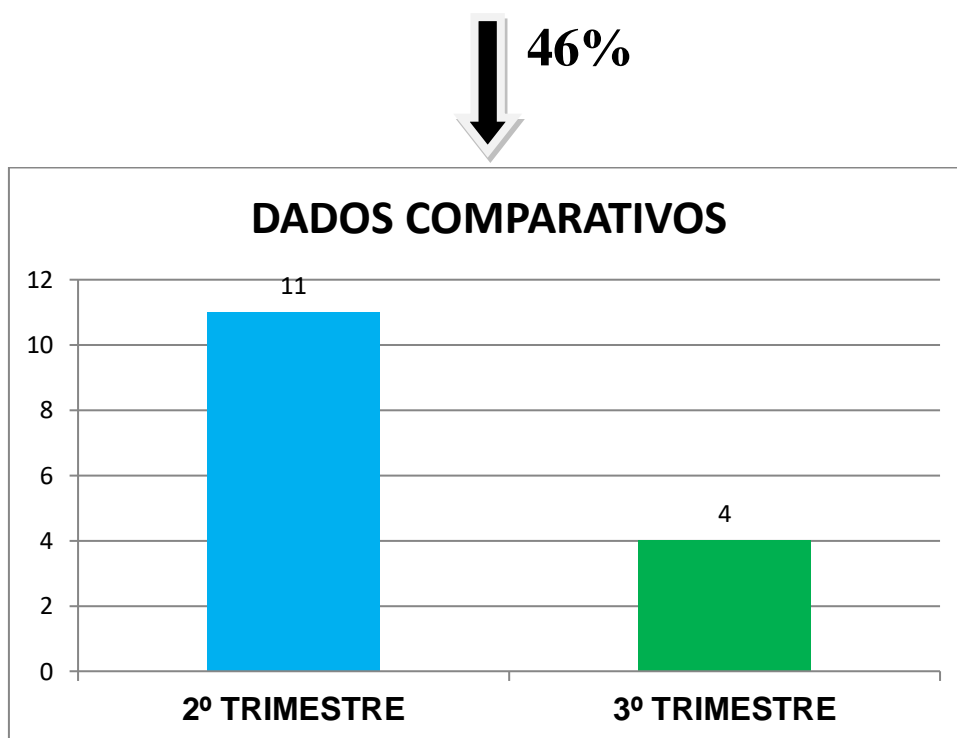
## Estado do Espírito Santo

para encaminhamento dos pedidos de acesso à informação e das manifestações de ouvidoria.

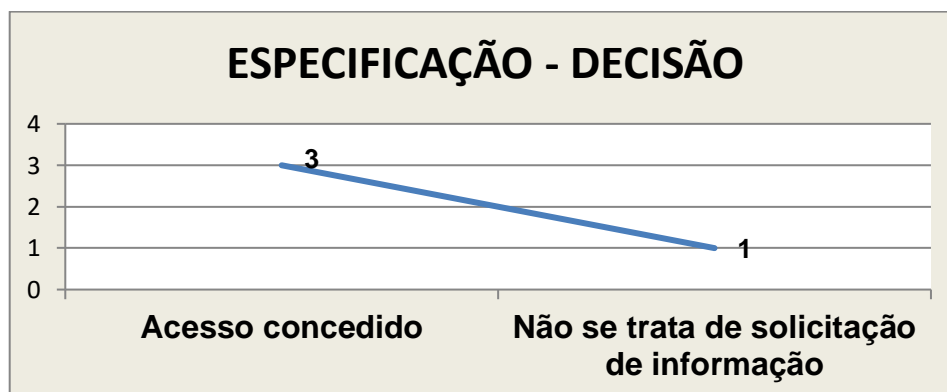
### 12 - Porque é importante preencher o questionário de satisfação?

O preenchimento da pesquisa de satisfação é importante para que o Poder Executivo Federal possa melhorar continuamente o serviço de disponibilização das informações solicitadas. Além disso, as pesquisas respondidas poderão subsidiar atividades de monitoramento e acompanhamento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Segue abaixo, dados comparativos para acesso á informações entre o 2º e 3º trimestre de 2024, sofrendo uma queda de 46%.



Fonte: Fala.BR



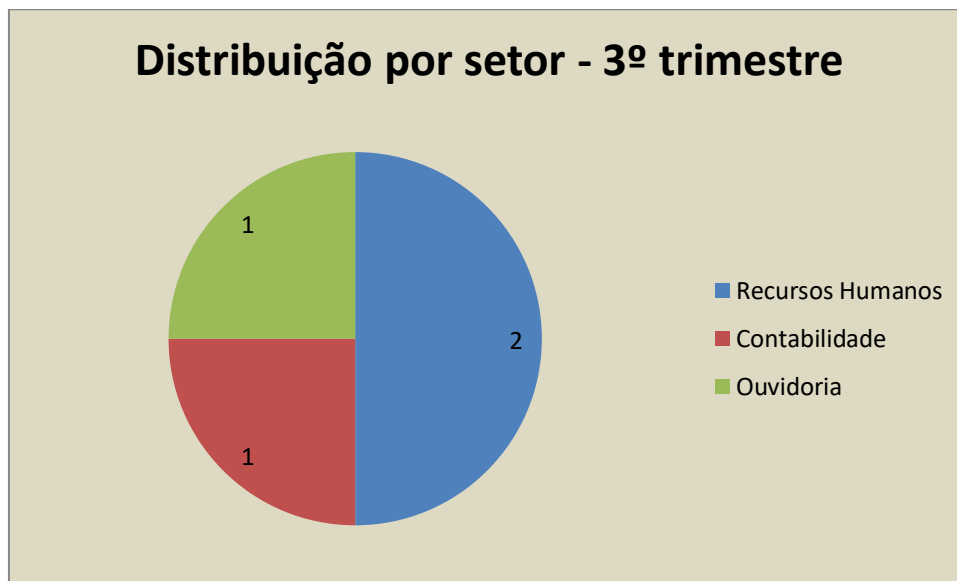
Fonte: Fala.BR



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

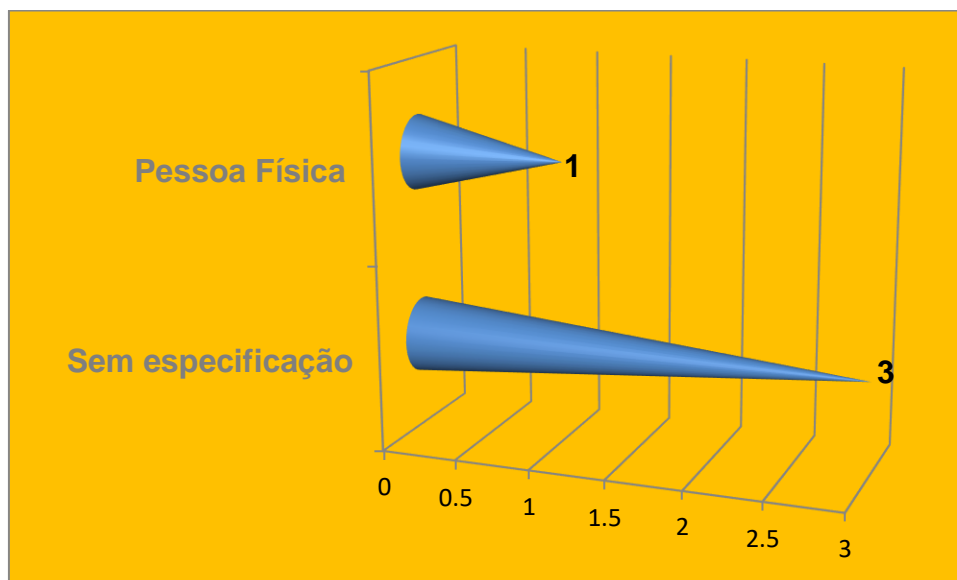
*Estado do Espírito Santo*

OBS: NÃO HOUE RECURSOS PARA AS DEMANDAS NESSE 3º TRIMESTRE DE 2024.



Fonte: Fala.BR

A identificação para acesso à informações mostrou-se da seguinte forma para este 3º trimestre de 2024.



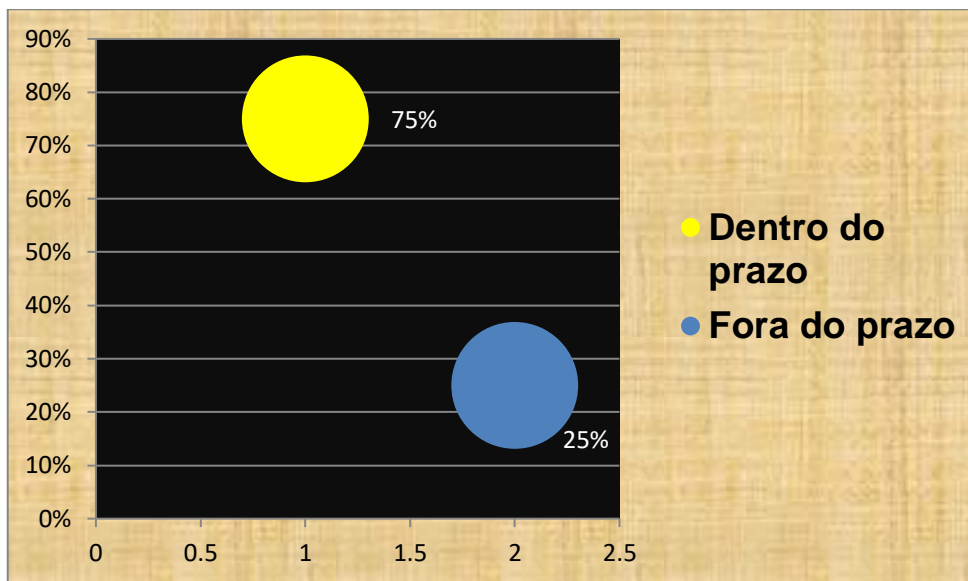
Fonte: Fala.BR



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

Estado do Espírito Santo

## PRAZO DE ATENDIMENTO



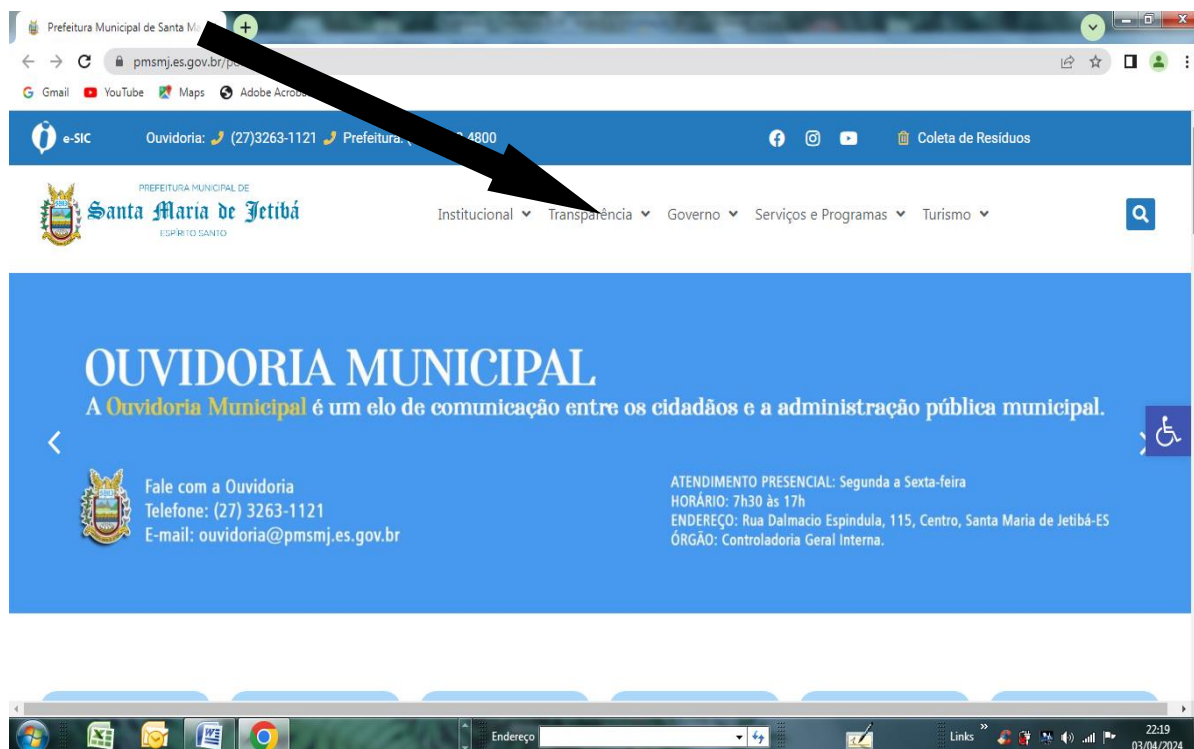
Fonte: Fala.BR

### PASSO A PASSO PARA PEDIR SUA INFORMAÇÃO

**1º passo - ACESSAR O SITE DA PREFEITURA - [www.pmsmj.es.gov.br](http://www.pmsmj.es.gov.br)**

**2º passo - NA PÁGINA PRINCIPAL VOCÊ VERÁ O MENU TRANSPARÊNCIA.**

**3º passo – CLICAR NESTE MENU.**



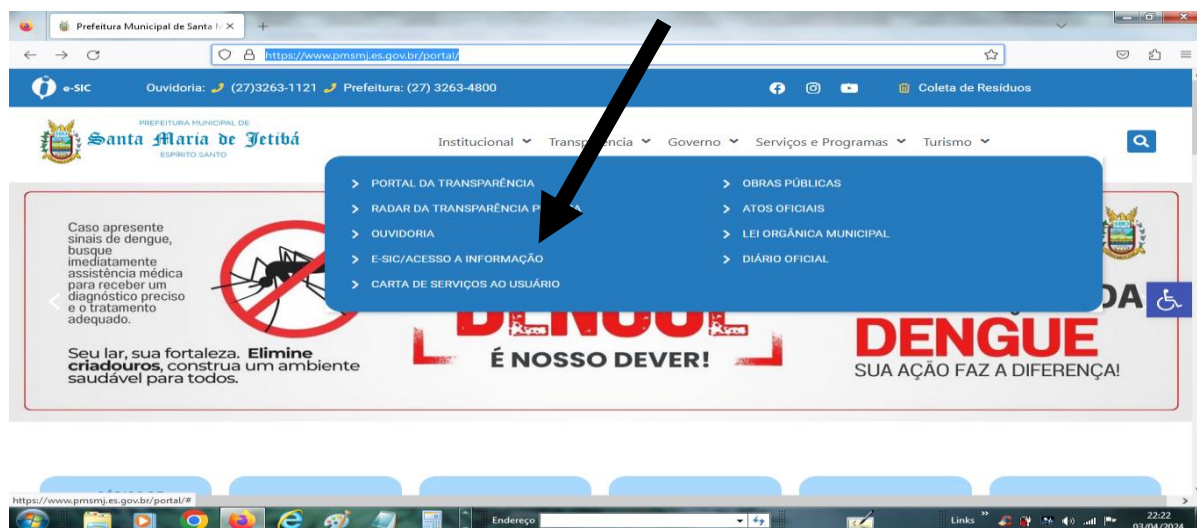




# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

*Estado do Espírito Santo*

**EM SEGUIDA DEVERÁ CLICAR EM: E-SIC / ACESSO À INFORMAÇÃO**



**OBS: PARA RECEBER A INFORMAÇÃO SOLICITADA, O CADASTRO SER PREENCHIDO CORRETAMENTE, SEM DEIXAR DE CONSTAR INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS. CASO JÁ POSSUA O CADASTRO, SOMENTE FAZER LOGIN E SENHA.**

## **ATENÇÃO**

- *O Acesso à Informação de acordo com o sistema falaBR do Governo Federal deverá ser preenchido o cadastro. (não esquecer de colocar o email para envio da resposta).*
- *Todos os usuários receberão respostas no prazo estabelecido por lei, desde que, preencham corretamente o cadastro.*
- *O prazo para resposta é de 20 dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.*
- *A manifestação do pedido para acesso à informação que não estiver clara e transparente para a ouvidoria ou pelo setor responsável, poderá ser devolvida ao cidadão(usuário) para que faça a complementação necessária.*
- *O recurso tem prazo de 5 dias.*

## **Informações Gerais**

### **Equipe da Ouvidoria-Geral do Município:**

**Sebastião Luiz Siller**

*Controlador Geral*

**Daniela Hols**

*Coordenadora de Ouvidoria*

**Luiz Gustavo Cordeiro Fassarella**

*Assistente da Controladoria*

*Gestor em Ouvidoria*

### **Contatos:**

*Ouvidoria:27-3263.1121*





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

***Estado do Espírito Santo***

Controladoria: 27-3263.4878

Email Ouvidoria: [ouvidoria@pmsmj.es.gov.br](mailto:ouvidoria@pmsmj.es.gov.br)

Site Prefeitura: [www.pmsmj.es.gov.br](http://www.pmsmj.es.gov.br)

Link Painel Resolveu do CGU: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

Endereço: Rua Dalmácio Espíndula, 115, Centro, Santa Maria de Jetibá – ES - CEP 29.645-000.

Horário de atendimento:

- Presencial e telefone: Dias úteis das 7:30h às 17:00h .

- Manifestar pelo sistema de ouvidoria no site da Prefeitura: 24 horas.

**OBS: Não atendemos em horário de almoço > das 11:00 às 12:30.**